



A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA - A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS IBIRUBÁ

ALMEIDA, Ana Paula de¹

Resumo: O processo de inclusão de estudantes com deficiência, vem se tornando realidade nos cursos ofertados pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Ibirubá. Ao se deparar com pessoas com deficiência, a comunidade escolar necessita garantir modos de acesso e permanência e assim permitindo condições de qualidade de ensino. Este trabalho tem como objeto de estudo a visão dos servidores do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Ibirubá, quanto à inclusão de alunos com deficiência no espaço escolar. A pesquisa desenvolvida é de caráter qualitativo, utiliza para coleta de dados entrevistas semiestruturadas, sendo os dados coletados submetidos à análise de conteúdo. A partir do pressuposto, esta pesquisa responde as seguintes interrogações: qual a visão dos servidores sobre a inclusão de estudantes com deficiência no Campus? Como você observa as ações que estão sendo realizadas? Observou-se que os servidores entrevistados interpretaram a inclusão sob variados aspectos, com manifestações que ora se assemelham das concepções da integração, ora se mencionam à educação inclusiva. Deste modo, constatou-se que estão em processo de construção de uma escola mais democrática e inclusiva, buscando proporcionar uma educação de qualidade para todos os estudantes. Como proposições se focaliza a premência de formação continuada na área de inclusão, com vista a ampliar os conceitos técnicos e pedagógicos, aquisição de mais recursos pedagógicos, suporte aos docentes e formação continuada. A pesquisa possibilitou reconhecer vários aspectos que poderão contribuir na maior efetivação da educação inclusiva

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Gestão Democrática. Formação Continuada.

Abstract: The process of inclusion of students with disabilities has become reality in the courses offered by the Federal of Rio Grande do Sul Institute - Campus Ibirubá. When facing people with disabilities, the school is in need secure access modes and remained thus allowing educational quality conditions. This work has as object of study the vision of the servers of the Federal Institute of Rio Grande do Sul, Campus Ibirubá regarding the inclusion of students with disabilities at school. The developed research is qualitative, used for data collection semi-structured interviews, and data collected underwent content analysis. From the assumption, this study answers the following questions: what is the vision of the servers on the inclusion of students with disabilities on campus? As you observe the actions being carried out? It was observed that the respondents servers interpreted the inclusion in many aspects, with demonstrations that sometimes resemble the conceptions of integration, sometimes are referred to inclusive education. Thus, it was found that are in the process of building a more democratic and inclusive school, seeking to provide a quality education for all students. As propositions focuses the urgency of continuing education in the include area in order to expand the technical and pedagogical, acquiring more educational resources,

¹Assistente Social do Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Ibirubá. Coordenação de Assistência Estudantil: ana.almeida@ibiruba.ifrs.edu.br



support teachers and continuing education. The research made it possible to recognize several aspects that may contribute to the greater effectiveness of inclusive education

Keywords: Inclusive Education. Democratic Management. Continuing Education.

Introdução

O presente estudo é fruto da pesquisa acadêmica, elaborada como requisito para conclusão do Curso de Pós-graduação a Distância Especialização Lato Sensu em Elaboração e Gestão de Projetos Sociais, da AVM – Faculdade Integrada de Brasília, Distrito Federal.

O estudo tem por finalidade de investigar a visão dos servidores do Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Ibirubá (IFRS/Campus Ibirubá), interior do Rio Grande do Sul no ano de 2014 sobre a inclusão das pessoas com deficiência.

Com a democratização no Brasil as leis foram alteradas e a criação da nova Constituição Federal de 1988, observa-se que os objetivos fundamentais partem do princípio da inclusão em larga escala em seu Art. 3º podemos destacar o item III que aponta a redução das desigualdades sociais e o item V que destaca a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Este avanço na legislação implementou a garantia do direito das pessoas com deficiência, tratando-as como igualdade.

Frente a este contexto, o processo de inclusão de estudantes com deficiência vem se tornando realidade nos cursos ofertados pelo IFRS – Campus Ibirubá, e diante disso a intenção é contextualizar como os servidores vem percebendo esta inclusão e quais práticas vem sendo realizadas para garantir as condições de permanência destes estudantes.

Na contemporaneidade, a inclusão do aluno com deficiência representa desafios, desde a modalidade de Educação Infantil até o Ensino Superior, em instituições públicas e privadas. No Brasil, as estatísticas oficiais, estudos e pesquisas, elucidam principalmente a condição desse alunado em processo de inclusão na educação básica subsidiada pelas Declarações de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e de Salamanca (ONU, 1994).

A LDB (MEC 2001) inova ao introduzir um capítulo (Capítulo V) que trata especificamente dos direitos dos ‘educandos portadores de necessidades especiais’ (Art. 58) à educação preferencialmente nas escolas regulares e institui o dever do Estado de estabelecer os serviços, recursos e apoios necessários para garantir escolarização de qualidade para esses estudantes, assim como estabelece o dever das escolas de responderem a essas necessidades,



desde a educação infantil (Art. 3o.).

A escola ao se deparar com esses sujeitos, necessita garantir modos de permanência e assim garantindo condições de qualidade de ensino. São várias as adequações físicas necessárias, porém a efetivação da inclusão vai muito além disso, a visão dos servidores acerca deste tema são muito importantes, pois a partir da concepção dos profissionais da educação é que serão traçadas ações que efetivamente possam incluir ou não os sujeitos com necessidades especiais.

A política de ações inclusivas vem exigindo um posicionamento diferente da escola, forma diferente de organizar, de pensar e fazer educação. A adoção de escola inclusiva e democrática é um dos caminhos que a escola pode percorrer beneficiando não somente os alunos que possuem deficiência mas toda a comunidade escolar.

Assim, a partir deste cenário, a escola precisa oferecer condições de receber estudantes com deficiência, considerando que será preciso de apoio diferenciado, de adaptações curriculares e principalmente de profissionais que tenham sensibilidade para perceber as habilidades e potencialidades do educando e não somente sua deficiência.

Desta forma, para melhor compreender esse processo, levantar dados e delinear ações no contexto do IFRS Campus Ibirubá, e este estudo está organizado em 4 capítulos, sendo o primeiro capítulo a introdução. O segundo capítulo trata sobre o percurso da pesquisa: abordagem e aproximações com os Sujeitos da Pesquisa. O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta a contribuição e entretence ideias de teóricos da educação, fazendo uma reflexão teórica acerca da gestão democrática e alguns apontamentos sobre a inclusão escolar. O quarto e último capítulo traz a análise dos resultados da pesquisa desenvolvida no IFRS - Campus Ibirubá referente a visão dos servidores frente a inclusão escolar. E, por fim, são apresentadas as considerações finais demonstrando a necessidade de estudos posteriores com maior aprofundamento no contexto escolar.

2 A Pesquisa e Seus Percursos: Abordagem e Aproximações com os Sujeitos da Pesquisa

A abordagem deste trabalho tem o caráter de uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa possui uma atmosfera própria, considerando o princípio objetivo dos elementos e o pesquisador o fundamental recurso. Para a realização da pesquisa qualitativa prevê a ligação direta e duradoura do pesquisador com o espaço e o contexto que está sendo explorado, por meio da atuação o trabalho ativo de campo. Implicando em construir a obtenção de dados, atingindo na aproximação do pesquisador com a situação apresentada, ressalta a construção



com o objeto e se interessa em simbolizar o entendimento dos atores participantes.

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como estudo de caso. O estudo de caso visa à descoberta, levando em conta o contexto em que o sujeito de estudo se situa, busca retratar a realidade de forma completa e profunda.

Deste modo, com a finalidade de obter maior particularidade sobre o tema, foi realizada pesquisa junto aos servidores do IFRS - Campus Ibirubá, Rio Grande do Sul.

O IFRS - Campus Ibirubá, está localizado em área retirada da Cidade de Ibirubá. Inicialmente com uma configuração de Campus Avançado, posteriormente transformado em Campus a partir da portaria nº 330 de 23 de abril de 2013, atualmente conta com aproximadamente 700 (setecentos) estudantes distribuídos entre ensino médio integrado, subsequente, concomitante e ensino superior. Os estudantes que frequentam esta instituição provêm de vários municípios da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo cerca de 10 municípios. Os servidores são caracterizados em duas categorias profissionais: docentes e técnicos administrativos em educação que compõem o quadro possui formação em graduação, especialização, Mestrado e Doutorado.

Contribuíram para esta pesquisa 11 (onze) servidores que atuam nesta instituição, sendo 7 (sete) entrevistados do sexo feminino e 4 (quatro) do sexo masculino. Entre todos os entrevistados, 4 (quatro) possuem formação em nível de graduação, 3 (três) possuem formação em nível de especialização e 4 (quatro) são Mestres.

A entrevista semiestruturada foi realizada no IFRS - Campus Ibirubá. Inicialmente, apresentou-se a pesquisa aos participantes, posteriormente, no transcorrer dos dias foram realizadas as entrevistas. Cada entrevista com duração entre 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) minutos estendendo-se por 7 (sete) dias.

3 Diálogos Acerca da Gestão Escolar Democrática

A partir de pesquisas contemporâneas acerca da inclusão de pessoas com deficiência defendem que a escola precisa traçar um novo caminho para que efetivamente consiga cumprir sua função de formar cidadãos conscientes, críticos, capazes de transformar a sociedade. Uma das transformações pela qual a educação e, conseqüentemente, a escola necessita passar é na gestão. A escola que adota uma gestão democrática logo adotará uma política de educação inclusiva, uma escola para todos, onde todos possam se sentir membros integrantes e participantes.

Ao tratar do tema gestão, é preciso deixar bem claro que existe diferença entre gestão



educacional e gestão escolar. Quando se fala em gestão educacional está-se tratando do todo da educação, a gestão educacional está baseada diretamente na organização dos sistemas de ensino, ações e iniciativas desenvolvidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, das incumbências desses sistemas, das várias formas de articulação entre as instâncias que determinam as normas, executam e deliberam no setor educacional e da oferta da educação pelo setor público e privado.

Assim, quando se trata sobre educação de qualidade para todos precisa-se fazer referência à gestão escolar democrática. Uma escola democrática é a que se preocupa com a formação global, que enxerga o aluno sob seu aspecto social, cognitivo, moral e emocional. Uma escola que contemple uma visão em que o conhecer e o intervir no real se encontrem. Mas, para isso é preciso saber trabalhar com as diferenças e com as desigualdades, ou seja, é preciso reconhecê-las, não camuflá-las e aceitar que para que o sujeito se reconheça, é preciso conhecer o outro. Por isso, a gestão democrática da escola é fator determinante para a qualidade da educação.

Conforme Lima (2000, p.19), o conceito de gestão democrática está:

uma perspectiva conceptual que focaliza intervenções democraticamente referenciadas, exercidas por atores educativos e consubstanciadas em ações de (auto)governo; ações que não apenas se revelam enquanto decisões político-administrativas tomadas a partir de contextos organizacionais e de estruturas de poder de decisão, mas que também interferem na construção e recriação dessas estruturas e de formas mais democráticas de exercer os poderes educativos no sistema escolar, na escola, na sala de aula, etc.

Conforme contribuição de Lima, a gestão democrática é um fenômeno político, de governo, que está articulado diretamente com ações que se sustentam em métodos democráticos. Mas, mais do que isso, para o autor, não se trata apenas de ações democráticas ou de processos participativos de tomada de decisões, trata-se, antes de tudo, de ações voltadas à educação política, na medida em que são ações que criam e recriam alternativas mais democráticas no cotidiano escolar no que se refere, em especial, às relações de poder ali presentes.

Conforme se pode constatar, em se tratando de gestão democrática tem-se um aporte legal que há muitos anos está no papel, porém, somente agora se busca implantar nas escolas. Dentre a legislação vigente que rege a gestão democrática, pode-se citar a Constituição Federal de 1988 na qual consta em seu artigo 206 que: “O ensino será ministrado com base



nos seguintes princípios: VI gestão democrática do ensino público na forma da Lei”. Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 cita entre os princípios da educação em seu artigo 3º que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII – gestão democrática do ensino público, na forma da Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Em seu artigo 14 que: “Os sistemas de ensino definirão as normas de Gestão Democrática (...): I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

A legislação citada é bem clara no sentido de que a organização e gestão da escola devem estar pautadas pelos princípios da democracia e que as ações na escola precisam ser realizadas de forma coletiva. Entretanto, não basta estar na legislação, é necessário efetivá-las na prática.

A literatura que trata da temática e que foi consultada para esta pesquisa, por sua vez, apresenta vários conceitos sobre gestão democrática, conceito defendido por Libâneo (2001), é bem claro e significativo. Para esse autor,

A gestão democrática participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva dos objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca de consenso (p.131-132).

Portanto, considera-se especificamente relevante as ideias de Libâneo para esta pesquisa, uma vez que respaldam a proposta apresentada, enfatizando a importância do trabalho coletivo na escola.

Nessa mesma perspectiva, estão as reflexões de Gadotti (1980, p.4), ao argumentar que:

A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos, etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

Conforme as colocações, o autor estende a gestão democrática, para além das definições teóricas, uma faceta prática. Salienta a importância de métodos democráticos para efetivação de uma gestão escolar democrática.

Tais ideias devem fundamentar quaisquer práticas que vislumbrem uma escola que



acolha todos os alunos considerando suas subjetividades e, mais ainda, o que interessa a esta pesquisa, que efetivamente inclua aqueles alunos com necessidades especiais. O item a seguir, debruça-se, mais especificamente sobre a inclusão escolar.

3.1 Alguns Apontamentos sobre Inclusão

A organização escolar baseada na gestão democrática abre as portas para a inclusão, possibilitando às pessoas que possuem necessidades educativas especiais um novo espaço de interação e aprendizagem. Todos os alunos com deficiência, ou não, precisam de uma educação que respeite suas características, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às suas necessidades educacionais, uma escola que ofereça tudo isso em um ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

Nesse sentido, Mantoan (2008, p. 02) explica que priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores. É um compromisso inadiável das escolas. Para Mantoan (2008), inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados, é necessário um projeto político pedagógico sólido baseado em uma gestão democrática e centrada na aprendizagem do aluno.

Os fundamentos teórico-metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe regular, para o atendimento das necessidades educativas de todos os estudantes, com ou sem deficiências.

Estudos contemporâneos sobre a atuação do professor em classes inclusivas apontam que o sucesso de sua intervenção depende da implementação de amplas mudanças nas práticas pedagógicas, por isso, a importância da formação dos professores. É necessário que os professores estejam capacitados para atuar com estudantes com ou sem deficiências, distúrbios, transtornos, dificuldades e, mais que isso, poder oferecer-lhes boa qualidade de ensino.

À medida que as leis sugerem e a sociedade cobra um ensino que atenda as diferenças e as necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos matriculados, nos vários níveis de ensino. É evidente que ainda há muito que fazer para que a educação proposta em leis e se efetive. Mas, a inclusão escolar não pode ser uma utopia, ela deve ser concretizada por meio de ações propositivas que reconheçam a diversidade como atributo à humanidade.



Incluir também significa interagir e, para isso, é necessário mudar determinados paradigmas evidentes no cotidiano escolar. Paulo Freire(1996, p.26) ensina que o “educador precisa atuar numa perspectiva democrático, não pode se negar o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Acrescenta, ainda, que, para aprender criticamente, exige-se a presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Só assim é possível formar sujeitos conscientes, autônomos, que saibam ler as palavras, mas, sobretudo, o mundo ao seu redor.

Dessa forma, a chamada escola democrática somente torna-se viável a partir do momento em que é inclusiva, que favorece ações que promovem toda a diversidade humana. Por conseguinte, a gestão democrática, na busca pela cooperação de todos os profissionais da escola para garantir um ensino de qualidade para todos, contribui para uma significativa mudança no perfil do professor e na construção de um novo perfil de escola que contemple e valorize a singularidade de todos os sujeitos, em conformidade com o paradigma da inclusão.

Mantoan (1997, p.145) define como escola inclusiva aquela que:

Propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A meta da inclusão é justamente garantir o direito à educação escolar para todos, ou seja, não deixar ninguém fora do sistema escolar. Isso é garantido por lei, há vários documentos que garantem o acesso de crianças com deficiência nas escolas regulares e na sociedade como um todo.

Mantoan (2003, p.3) argumenta nesse sentido defendendo que:

(...) as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, os alunos são ensinados a valorizar a diferença, pela convivência de seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões competitivas, solidário, participativo.



Em sua contribuição, a autora traz a ideia de que para uma escola se tornar inclusiva e democrática é preciso que seja capaz de oferecer educação de qualidade para todo. Além disso, explica que é necessário não apenas modificar as representações que se tem em relação aos parâmetros de qualidade das escolas; mas também voltar os olhos para a qualidade dos professores, para a formação dos profissionais que diariamente tocam nas vidas de muitas crianças, adolescentes e jovens em desenvolvimento.

Outro agravante importante quando se trata da inclusão no Ensino Médio é a resistência por parte das escolas e, às vezes, das próprias famílias, para a matrícula dos alunos com deficiência. Como a etapa não é obrigatória por lei, é comum que sejam buscadas outras opções, os pais acabam encontrando alternativas para os jovens com deficiência, como centros e grupos de apoio profissionais especializados, impedindo o educando de concluir seus estudos e privando-os de interagir com jovens da mesma idade.

A partir dessa discussão, percebe-se que a questão da inclusão é bastante desafiadora, não só pelas particularidades que envolve, mas também pelas demandas que apresenta aos gestores, educadores; enfim, a toda a comunidade escolar. Essas demandas vão além de adequação física dos espaços, exigem mudanças nos modos de pensar, agir e organizar os contextos de aprendizagem.

Para tentar compreender melhor este processo e buscar caminhos para sua efetivação, no tópico a seguir, analisam-se os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com professores.

4 Análise dos Resultados

Analisando os dados coletados dos servidores, as repostas são guiadas, conforme roteiro da entrevista semiestruturada e analisam-se os resultados. Observa-se como os servidores do IFRS – Campus Ibirubá projetam a inclusão sob diferentes perspectivas, com interpretações próximas do princípio dos fundamentos da educação inclusiva. Avaliam ser de grande relevância social a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, para além de seus aspectos legais, o qual que permitem candidatos com deficiência inscreverem-se por reserva de vaga, mas acima de tudo para se tornar uma prática que reconheça estes sujeitos no contexto escolar frente as suas dificuldades.

Essa concepção, expressa coerência com os pressupostos da educação inclusiva, em que a escola, possibilita as pessoas com deficiência a frequentar e permanecer. Assim essa correlação ganha amparo, na percepção de que todos somos sujeitos de direitos alcançando



êxito na sua trajetória.

Um número expressivo dos entrevistados pensa que “a inclusão é tão importante para os alunos com deficiência como para os demais”, uma vez que as trocas que ocorrem em experiências inclusivas de sucesso demonstram que há um enriquecimento do aprendizado de ambos. Expressões do tipo “Sou plenamente favorável à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular”, e “acredito que estes possuem tanto direito a frequentar o ensino regular quanto qualquer outro aluno” foram citadas em praticamente todas as entrevistas.

A maior parte dos servidores entende que a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é um processo que deveria ocorrer com naturalidade, considerando a sociedade extensão da família, conforme ressaltado nas entrevistas: “a escola é a instituição que assume o papel de preparar indivíduos para a vida em sociedade”. “Se nas famílias não é possível escolher filhos com ou sem necessidades especiais, entendem que a escola deve assumir a mesma postura”.

Vale ressaltar que as visões dos servidores do IFRS – Campus Ibirubá à inclusão escolar vem ao encontro da política nacional e dos princípios da educação inclusiva, considerando este um grande passo para a efetivação da inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

Porém, somente conceber a inclusão escolar como viável não é suficiente para que ela efetivamente ocorra. São necessárias mudanças em vários pontos que são fundamentais, conforme os próprios servidores ressaltaram em suas falas: “é necessário que haja suporte tanto para os professores e servidores que atuam no apoio aos estudantes com deficiência, bem como para aos alunos”. Ressaltam ainda que “não podemos, pensar que poderemos receber estudante com deficiência na escola sem uma infraestrutura adequada, que permita seu desenvolvimento integral”.

Um dos pontos fundamentais trata-se do apoio pedagógico, desenvolvido por profissionais com formação na área da inclusão escolar. Conforme relato dos servidores, no IFRS Campus Ibirubá, sob iniciativa de um grupo de professores e técnicos administrativos em educação foi formado o Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, que organiza e desempenha papel fundamental na estruturação, orientação e suporte ao professor, ao estudante e à família.

Esse núcleo é composto por professores de diversos cursos, técnicos administrativos em educação, incluindo uma intérprete de libras, possui sala para atendimento e alguns equipamentos, tais como computador, máquina fotográfica e filmadora digital, alguns recursos adaptados, e construção de *softwares* utilizados para adaptar materiais aos alunos.



Também vem atuando na publicação de artigos em revistas científicas.

Os professores recorrem ao NAPNE em busca de apoio para sanar dúvidas, e consideram o núcleo essencial para auxiliar no processo de inclusão escolar, ressaltam a importância e a necessidade de serem orientados a partir de fundamentos teórico-práticos, para que possam modificar práticas e métodos de ensino, com o objetivo de propiciar um ensino de qualidade para todos.

Conforme destacado por vários professores entrevistados “o NAPNE tem se concentrado em auxiliar os professores e os alunos da melhor maneira possível, auxiliando em sala de aula, na adaptação de materiais, na utilização de recursos pedagógicos adequados e quanto às metodologias mais adequadas a serem adotadas”. Além disso, vários entrevistados salientaram que o NAPNE vem auxiliando também com informações quanto à legislação e ao diagnóstico dos estudantes com deficiência, percebe-se nesta fala “o NAPNE vem esclarecendo pontos da legislação e das concepções de política de educação inclusiva, também informação sobre o diagnóstico explicando o que levou o aluno à condição de possuir deficiência”. Além de “disponibilizar profissionais com qualificação para auxiliar os professores, e estudantes na realização de atividades educativas” como exemplo citado por um entrevistado: “quando tive um aluno surdo, a intérprete de libras acompanhava-o em sala de aula”.

Os professores têm consciência de que estão iniciando no processo de inclusão, como podemos perceber nesta fala: “Já começamos, este foi um passo muito importante, agora vamos aprimorando e vencendo as etapas do processo, precisamos ter em mente que ainda falta muito a fazer, mas o fato de estarmos tendo ganhos significativos com os alunos mostra que estamos progredindo”.

Alguns professores entrevistados acreditam que necessitam de suporte maior do que o NAPNE vem desenvolvendo, que o apoio que recebem ainda não é suficiente, através das entrevistas deixam transparecer que entendem que “o Núcleo está em fase estruturação e que as intervenções vão sendo ampliadas conforme o Núcleo se torna mais consistente”. Dessa forma podemos perceber que existe o interesse da maioria dos professores em trabalhar para que a inclusão efetivamente aconteça.

Há casos de dificuldades no aspecto cognitivo, sendo esse o mais preocupante por parte dos professores, pois sentem-se despreparados para atender esta demanda, porém o NAPNE vem incansavelmente buscando meios para auxiliar os professores e em consequência os alunos utilizando-se de recursos da tecnologia, *softwares*, e recursos pedagógicos adaptados.



São apontados ainda pelos professores como instrumentos para a inclusão, as adaptações curriculares, nas quais, dentro do próprio currículo do curso, são traçados objetivos mínimos a serem atingidos pelo aluno para poder progredir de ano. Para que o aluno consiga atingir estes objetivos mínimos, são utilizados os recursos já citados anteriormente e o professor em seu registro de trabalho diário faz constar quais recursos foram utilizados, de que forma foi desenvolvida a aula.

Outra questão importante a ser estudada é a questão da terminalidade específica para alguns alunos concluírem o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio e Subsequente, definido pelos professores como “a prática de constar no certificado de conclusão (histórico escolar) de forma descritiva todas as potencialidades, habilidades e competências atingidas pelo estudante, sempre lembrando que devem ser citada as potencialidades e não as dificuldades ou fragilidades que o estudante apresenta”, a implementação desta prática justifica-se conforme relato dos entrevistados pelo fato que já que “o curso técnico exige que o aluno desempenhe algumas atividades práticas que em alguns casos fica impossibilitado por ainda não ser acessível os recursos para que este aluno consiga desempenhar as atividades”.

Como sugestão para aprimorar as práticas inclusivas, os professores entrevistados veem a necessidade de maior quantidade de profissionais com formação pedagógica para dar suporte exclusivamente ao professor e ao estudante, Também sugerem “profissional do NAPNE ligado diretamente com a gestão pedagógica (apoio individual docente)”. Além disso, professores veem necessidade de organizar grupos de estudo, como estratégia de resolução das situações que precisam ser enfrentadas quando se pensa em proporcionar uma educação de qualidade para todos, conforme relato da entrevista “para enfrentarmos os desafios postos a nossa instituição, entendo ser necessário a formação de grupos de estudos como estratégia para troca de experiências de discussão, reflexão e planejamento de ações a serem desenvolvidas”.

Considerações Finais

O estudo apresentou alguns dados que permitiram uma reflexão sobre os aspectos que têm permeado a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino. Os principais resultados apontaram que a educação inclusiva é vista por professores e gestores sob diferentes enfoques, desde definições mais próximas dos princípios de integração até definições mais relativas à educação inclusiva. O discurso da maioria dos participantes evidencia uma posição favorável à inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular.



Servidores acreditam que a educação inclusiva é uma proposta viável, mas que, para ser efetivada, necessita de profundas transformações na política e no sistema de ensino vigente.

Ao analisar as dificuldades mencionadas pelos entrevistados, pôde-se perceber que muitas delas não são somente do ensino aos alunos com deficiência, mas são problemas existentes na própria estrutura educacional do país. As dificuldades apontadas pelos servidores referem-se à atuação com a totalidade dos alunos e não apenas com os que apresentam algum tipo de deficiência.

Nesse sentido, a inclusão gera novas circunstâncias e desafios que tendem a somar-se com as dificuldades já existentes do sistema atual. Em face do quadro apresentado, tornam-se evidentes os obstáculos à proposta de inclusão. O principal deles parece ser a falta de preparo do professor para atuar com esses alunos. As dificuldades apresentadas pelos educadores neste estudo sugerem que ações governamentais e de gestão sejam implementadas.

Com base nessas informações, pode-se perceber que são necessárias mudanças profundas no sistema educacional vigente a fim de garantir o cumprimento dos objetivos da inclusão, mudanças na forma de gestão, tanto na gestão educacional bem como na gestão escolar construindo espaços educativos mais democráticos. Cumpre, então, considerar as inúmeras dificuldades vivenciadas por todos os participantes do cotidiano das escolas que tentam, de diferentes maneiras, viabilizar a educação inclusiva de qualidade.

A gestão escolar é responsável por abrir portas para uma educação para todos, estabelecendo relação estreita entre família, comunidade, escola, construindo um espaço educativo em que diversificar não é “moda” e sim currículo, espaço com perspectiva de cidadania, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentarem. É sua função possibilitar a todos as mesmas possibilidades de realização humana e social, pois a escola existe para servir a comunidade onde se situa, precisa ser fórum aberto de participação, onde a democracia efetivamente aconteça. Cabe aqui deixar claro que a gestão democrática é o princípio da inclusão escolar, de uma escola de qualidade para todos.

O estudo realizado mostrou como está se efetuando a inclusão de estudantes com deficiência, a visão dos servidores, bem como ações que vêm sendo realizadas. A instituição tem um caminho longo a percorrer na busca de proporcionar educação de qualidade para todos. Somente com acompanhamento de todo o processo poderá se afirmar ou não se, efetivamente, esta instituição será uma escola para todos, conseguindo vencer todas as etapas do processo. Para isso, são necessários estudos posteriores que, além de acompanhar o processo, aprofundam a temática sobre inclusão a fim de construção de uma escola para todos.



REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa : Edições 70, 2006.

BRASIL. **Declaração Mundial de Educação para todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jontiem/Tailândia, 1990. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br Acesso em: 15/3/2014.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE. 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 16/03/2014.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1996.

GADOTTI, M. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1980.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Básica**: 2011 – resumo técnico. – Brasília: INEP, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão na Escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, L. **Organização Escolar e democracia radical**: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2000.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUCK, H. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. V. 1. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCK, H. **Gestão da Cultura e do Clima Organizacional da Escola**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUCKESI, C. C. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educatio. N. 64. São Paulo: Criap, 2007. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br> Acesso em: 12/02/2014.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Mennon, 1998.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.



- MANTOAN, M. T. E. **Todas as crianças são bem vindas as escolas.** (2011). Campinas – SP. Disponível em: <http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html> Acesso em: 02 de março de 2014.
- MARTINS, L.A. R.(Org.). **Inclusão: compartilhando saberes.** Rio de Janeiro: Vozes, 2008
- ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.
- PARO, V. H. **Por dentro da escola pública.** São Paulo: Xamã, 1995.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2004.
- SANTOS, B. R. **Comunidade Escolar e Inclusão. Quando todos Ensinam e Aprendem com Todos.** Coleção Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget, 2007
- SEVERINO, J. A. **Metodologia do trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2002.
- SKLIAR, C. **A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do outro.** In: Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. David Rodrigues (org.). – São Paulo: Summus, 2006.
- TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola.** São Paulo: Nacional, 1968.
- VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, 1995.